



REDES SOCIAIS E GOLPISMO - A ATUAÇÃO DAS MULHERES BOLSONARISTAS NO ATAQUE DE 08 DE JANEIRO

Victoria Vicente Rodrigues Lopes¹
Nilton Abranches Júnior²

RESUMO

A ascensão das redes sociais como espaços de mobilização política transformou profundamente a dinâmica da participação cidadã, permitindo não somente a amplificação de vozes, mas também a disseminação de desinformação e a articulação de movimentos extremistas, como evidenciado nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Este estudo analisa o papel desempenhado por mulheres bolsonaristas na organização e execução desses eventos, tomando como objeto de estudo suas interações no grupo “Mulheres com Bolsonaro (OFICIAL)”, hospedado na plataforma *Facebook*. A pesquisa parte da problemática da instrumentalização do ciberespaço para fins antidemocráticos, analisando como este foi utilizado para disseminação de desinformação e convocação de ações violentas. A metodologia adotada parte de uma abordagem qualitativa baseada na análise de postagens, interações, documentos judiciais e reportagens jornalísticas, permitindo correlacionar os discursos online com as ações concretizadas no dia do ataque. Como resultado, evidenciamos que o grupo operava como um espaço de radicalização, estruturado pela disseminação de teorias conspiratórias, deslegitimação das instituições democráticas e incitação à resistência civil. Identificou-se ainda uma alta coordenação interna e o uso de narrativas emocionais para mobilizar as participantes. Dessa maneira, as redes sociais foram centrais na articulação do movimento, revelando a necessidade de regulamentação para conter a propagação de discursos extremistas.

Palavras-chave: Ciberespaço, Democracia, Bolsonarismo.

ABSTRACT

The rise of social media as spaces for political mobilization has profoundly transformed the dynamics of civic participation, enabling not only the amplification of voices but also the dissemination of disinformation and the organization of extremist movements, as evidenced by the coup-oriented events of January 8, 2023. This study examines the role played by *Bolsonarist* women in the organization and execution of these events, focusing on their interactions within the *Facebook* group “Mulheres com Bolsonaro (OFICIAL).” The research addresses the issue of cyberspace being instrumentalized for anti-democratic purposes, analyzing how it was used to spread disinformation and to coordinate violent actions. The methodological approach is qualitative, based on the analysis of posts, interactions, judicial documents, and journalistic reports, which allows for correlating online discourses with the actions carried out on the day of the attack. The results demonstrate that the group operated as a space of radicalization, structured around the dissemination of conspiracy theories, the delegitimization of democratic institutions, and the incitement of civil resistance. The study also identifies a high level of internal coordination and the strategic use of emotional narratives to mobilize participants. In this sense, social media proved central to the articulation of the movement, underscoring the need for regulation to curb the spread of extremist discourse.

¹ Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, lopesvvr@gmail.com ;

² Professor orientador: Doutor em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, nilton.abranches07@yahoo.com.br .



Keywords: Cyberspace, Democracy, Bolsonaroism.

INTRODUÇÃO

O ciberespaço tem se mostrado fundamental na mobilização política, transformando a maneira como os indivíduos se engajam e participam da esfera pública. Os avanços tecnológicos dos séculos XX e XXI, notadamente a *internet*, revolucionaram a comunicação, o trabalho e a sociabilidade. Tais transformações geraram discursos que ora celebram, ora temem essas mudanças.

Entre esses discursos, destacam-se: 1) O paradoxo da conectividade, que facilita a comunicação global, mas pode gerar isolamento; 2) Os impactos na cultura e identidade, que, ao projetar uma “aldeia global” e uma cultura comum, tendem a negligenciar as desigualdades promovidas pelo sistema capitalista; 3) As mudanças no mercado de trabalho, que criam novas oportunidades, mas também geram desemprego e insegurança; 4) A democratização da informação, que facilita o acesso ao conhecimento, mas também propaga a desinformação em larga escala; e 5) O mito da liberdade na *internet*, vista como neutra, mas que pode ser manipulada por empresas para fins de censura e controle.

Paralelamente, há quem defenda o avanço para uma ciberdemocracia, na qual as tecnologias digitais fortalecem a democracia, tornando as relações entre indivíduos e o Estado mais participativas e ampliando o debate público (Félix, 2021). Contudo, o que tem sido observado é que a globalização tem diluído esses espaços democráticos e enfraquecido os Estados Nacionais (Vesentini, 2012).

Nesse cenário, agentes econômicos transnacionais e a tecnologia da comunicação instantânea enfraquecem a soberania estatal, ameaçando a cidadania e os direitos humanos (Alves, 2000). O Estado passa a atuar como administrador da competitividade econômica, falhando na garantia de direitos fundamentais. A descrença na política leva à indiferença em relação às instituições democráticas. Em resposta, indivíduos com direitos violados buscam proteção em comunidades simbólicas de autoidentificação. A questão surge quando essas identidades se tornam fundamentalistas, centradas em vínculos simbólicos como a religião ou etnia (Alves, 2000; 2005). A reflexão central é como recursos destinados a fortalecer a democracia são empregados para dismantelá-la e promover os discursos autoritários e fascistas.

O atentado à democracia em 8 de janeiro de 2023 em Brasília reflete diretamente a influência do ciberespaço na trama política. No contexto brasileiro, as redes sociais



funcionaram como espaços de articulação e mobilização para grupos de extrema-direita bolsonarista. Os fatos de 8 de janeiro não foram um ato isolado de violência, mas o culminar de ações coordenadas que se originaram no ciberespaço. A ascensão do bolsonarismo demonstrou o potencial das plataformas digitais como veículos para a disseminação de desinformação e articulação de ações extremistas. Os atos golpistas foram amplamente coordenados via redes sociais, com destaque para a mobilização no *Telegram* e *WhatsApp* (Prazeres, 2023).

Este estudo visa, a partir da compreensão de como o ciberespaço e as redes sociais foram empregadas para mobilizar ações políticas, revelar o papel das mulheres bolsonaristas nesse evento. O conceito de ciberespaço é fundamental, apresentando-se como um importante território em disputa por grupos fundamentalistas.

Os ataques foram motivados pela rejeição dos resultados das eleições de 2022, após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Este evento marcou a primeira vez que um presidente em exercício não conseguiu ser reeleito no Brasil. O atentado deve ser entendido como o ponto culminante de uma sequência de ações antidemocráticas.

A relevância da investigação reside no fato de que, dos 1398 presos em decorrência dos atos golpistas, 493 eram mulheres (Neves, 2023), evidenciando a significativa participação feminina na mobilização política extremista. Este estudo se propõe a discutir o envolvimento das mulheres no atentado, incluindo suas participações e mobilizações nos grupos.

METODOLOGIA

O estudo foi conduzido mediante a análise qualitativa de postagens e interações ocorridas no grupo “Mulheres com Bolsonaro (OFICIAL)”, hospedado na plataforma *Facebook*. Este grupo, que congregava mais de 1 milhão de integrantes do gênero feminino, configurou-se como um dos principais lócus de articulação dos atos golpistas.

A análise concentrou-se nos conteúdos publicados no período pós-eleição, compreendido entre 30 de outubro de 2022 e 8 de janeiro de 2023, momento que culminou no ataque em Brasília e no arquivamento do grupo. Devido às investigações, muitas publicações foram excluídas, de modo que o foco recaiu sobre as postagens disponíveis que convocam atos de mobilização, especialmente aquelas direcionadas a Brasília.

A análise concentrou-se em postagens que explicitavam as estratégias de mobilização empregadas, destacando-se:

1. Chamados à “resistência civil”, com apelos à desobediência institucional;



2. Solicitações de intervenção das Forças Armadas, reforçando narrativas de ruptura democrática;
3. Incitamentos à ocupação de Brasília, com clara indução à ação direta.

A abordagem qualitativa também permitiu identificar as estratégias de manipulação utilizadas no grupo. Destaca-se a evocação sistemática do medo e a associação de figuras políticas opositoras a elementos negativos, frequentemente vinculadas a narrativas de corrupção ou ameaça à ordem social, o que contribuiu para o processo de radicalização das participantes. Os conteúdos analisados eram acompanhados de recursos multimídias, como banners, memes e vídeos, que cumpriam uma função discursiva dupla: a dramatização da urgência, por meio de apelos emocionais e construções maniqueístas, e a legitimação da violência, mediante a naturalização de ações extremistas como necessárias à “defesa da pátria”. Para ilustrar a dimensão da mobilização digital, foram incorporados à análise registros imagéticos, como postagens de convocações que evidenciavam o teor dos discursos mobilizadores.

De forma complementar, foram analisados documentos judiciais e reportagens jornalísticas (Ferreira; Galvão, 2023; Zanfer, 2023; Neves, 2023; Prazeres, 2023) que comprovam a relação entre as postagens veiculadas no grupo e as ações concretizadas em 8 de janeiro de 2023. A correlação entre a atividade digital e a materialização dos ataques às instituições sustenta a hipótese de que o ciberespaço funcionou como um ambiente de planejamento e legitimação das ações golpistas. A combinação desses métodos possibilitou uma compreensão robusta da transição do discurso online para a ação política violenta.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se na dinâmica entre o ciberespaço, a erosão democrática e a ascensão de movimentos fundamentalistas mobilizados digitalmente.

O ciberespaço, como conceito, ultrapassa a dimensão técnica das redes digitais e constitui um território simbólico, social e político. Milton Santos (1996) o descreve como parte do meio técnico-científico-informacional, onde a técnica e a informação reorganizam o espaço geográfico e as relações de poder. Assim, o ciberespaço é um território em disputa, isto é, um ciberterritório, no qual atores sociais e políticos competem pela hegemonia discursiva e pela visibilidade.

Byung-Chul Han (2021) argumenta que vivemos sob o regime da infocracia, em que o excesso de informação gera ruído e desorientação, enfraquecendo a capacidade crítica dos



indivíduos. Nesse contexto, as plataformas digitais produzem sujeitos cansados, mas altamente reativos, moldados por algoritmos que reforçam crenças e preconceitos. Shoshana Zuboff (2019), ao discutir o capitalismo de vigilância, mostra como a coleta massiva de dados transforma o comportamento humano em mercadoria, abrindo espaço para o controle social e político mediado por big data e microdirecionamento de conteúdo. Esses elementos ajudam a compreender como os grupos bolsonaristas exploraram a arquitetura das redes para difundir mensagens, consolidar bolhas e articular ações.

O conceito de discurso de Foucault (1971) também é fundamental por permitir compreender as redes sociais como dispositivos de poder-saber. Nos grupos analisados, o discurso autoritário é naturalizado por meio de estratégias de repetição e moralização, transformando crenças individuais em verdades coletivas. Ao mesmo tempo, a Geografia crítica (SANTOS, 2006) oferece o aparato teórico para compreender o ciberespaço como espaço político, onde a territorialidade digital é expressão de relações de dominação, pertencimento e resistência.

Assim, a ascensão da *internet* nos séculos XX e XXI não somente transformou a sociabilidade, mas suscitou a discussão sobre o potencial de uma ciberdemocracia, na qual as tecnologias digitais poderiam fortalecer os princípios democráticos ao ampliar a participação cidadã e o debate público (Félix, 2021). No entanto, essa perspectiva otimista é contrastada pela observação de que o processo de globalização tem contribuído para o enfraquecimento dos Estados Nacionais e para a diluição dos espaços democráticos (Vesentini, 2012).

Segundo Alves (2000), a soberania estatal é ameaçada por agentes econômicos transnacionais e pela tecnologia de comunicação instantânea, impactando a cidadania e os direitos humanos. O Estado, ao se tornar um administrador da competitividade econômica, falha em garantir direitos fundamentais, levando à exclusão social e à privação de direitos políticos de parte da população. A crise de credibilidade da política e das instituições democráticas leva, como resposta, à busca por proteção em comunidades simbólicas de autoidentificação.

O cerne da problemática reside quando essas identidades se tornam fundamentalistas. O bolsonarismo, neste contexto, ilustra como as plataformas digitais se tornam territórios em disputa por grupos fundamentalistas.

O ciberespaço, enquanto ferramenta de mobilização social, é crucial. Os fatos de 8 de janeiro evidenciam a instrumentalização de narrativas conspiratórias e desinformativas para promover agendas políticas autoritárias. O papel das redes sociais não é o de um espaço neutro (o "mito da liberdade na internet"), mas sim um ambiente que pode ser manipulado e utilizado para dismantlar a democracia, promovendo discursos autoritários. Portanto, a investigação se



ancora na necessidade de compreender a dinâmica entre a ação política tangível e a articulação no ciberespaço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Grupo “Mulheres com Bolsonaro” e a Mobilização Digital

O movimento “Mulheres com Bolsonaro” (MCB) surgiu em 2018 como uma resposta conservadora e contramovimento político-digital ao “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” (MUCB). O grupo “Mulheres com Bolsonaro (OFICIAL)” no *Facebook* consolidou-se como o espaço mais proeminente, com mais de 1 milhão de participantes.

Este grupo, inicialmente privado e exclusivo para mulheres alinhadas ideologicamente, sofreu uma alteração significativa após 8 de janeiro, mudando seu nome para “Receitas de Bolo Brasil Original”. Esta mudança constituiu uma estratégia de camuflagem digital, visando ocultar sua tendência antidemocrática e evitar investigações e punições. Atualmente, o grupo está arquivado e oculto no *Facebook*, impedindo novas postagens, embora o conteúdo anterior permaneça acessível aos membros antigos.

A análise do conteúdo entre 30 de outubro e 8 de janeiro demonstrou que o ciberespaço desempenhou um papel central na articulação do movimento extremista. Os eixos discursivos predominantes identificados foram: disseminação de teorias conspiratórias (construindo uma ameaça iminente ao projeto bolsonarista); deslegitimação das instituições democráticas (com foco no STF e TSE); e apelos explícitos à resistência civil.

Cronologia da Articulação Golpista

A polarização política no Brasil se intensificou pela disseminação de desinformação, com as redes sociais amplificando discursos de ódio e fomentando teorias da conspiração. A mobilização para o ato golpista começou em 3 de janeiro, com a divulgação e financiamento de transporte e alimentação para as caravanas de cerca de 4 mil "patriotas". A cronologia das postagens no grupo MCB evidenciou a transição do descontentamento eleitoral para a incitação à ação direta:

- **Pós-Eleição (31 de outubro):** Surgiram convocações para greve geral (1º de novembro) e manifestações (2 de novembro). Os comentários incluíam *links* para grupos estaduais no *Telegram* para coordenar os atos. As postagens incentivavam os membros a irem aos



quartéis exigir intervenção militar, baseada na interpretação errônea do Artigo 142 da Constituição.

- **Início de novembro:** O movimento, autodenominado "resistência civil", caracterizava-se pelos acampamentos em frente aos quartéis. Postagens de 4 de novembro sugeriam cercar a Esplanada, o STF e o TSE, declarando que “O PODER EMANA DO POVO”.
- **Orientações Coordenadas (6 de novembro):** O movimento emitiu orientações que demonstravam sua articulação e unificação de demandas. As instruções incluíam: a luta era contra o “corrupto comunista condenado”; o movimento deveria permanecer nas ruas pelo tempo necessário; e o pedido de socorro às FORÇAS ARMADAS para salvar o Brasil do "narco-comunismo". A urgência e o desespero se justificavam pela percepção de que perder as eleições significava a derrota do “Bem” pelo “Mal”.
- **Manipulação Histórica:** Houve a utilização de imagens de manifestações passadas, como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (1964), misturadas com fotografias da inauguração de Brasília (1960), para sugerir que os conservadores do passado haviam demonstrado poder que deveria ser repetido, replicando, no entanto, algo que nunca ocorreu.
- **Rumo ao Terrorismo:** Convocada para 15 de novembro, uma manifestação exigia a inelegibilidade de Lula. Apesar de comentários sugerirem evitar a invasão dos Três Poderes (alegando ser estratégia de esquerda para deslegitimar), a natureza terrorista dos atos já era evidente. Uma imagem que circulava deixava explícito o desejo pelo "fim dos 3 poderes", e a convocação de 27 de novembro falava em "Tomada de Brasília".
- **Pós-Ausência de Bolsonaro (30 de dezembro):** Após Bolsonaro viajar para os EUA, o grupo demonstrou melancolia e descontentamento (“Luto pelo Brasil”), sentindo-se desamparadas e que ele havia falhado em reverter a situação.
- **Preparação Final (3 de janeiro):** As convocações finais para 7 e 8 de janeiro circularam com orientações para cercar o Congresso, o Senado e o STF. O lema era “Não recuar, não precipitar, não retroceder! Não tem dia para acabar”. Os interessados eram incentivados a levar tratores, caminhões e ônibus.
- **O Dia do Ataque (8 de janeiro):** as publicações mostravam a chegada de manifestantes. O apoio vinha acompanhado de incentivos à violência, como “Liberdade não se ganha, se toma” e a afirmação de que “Estamos em guerra”. Apesar das evidências, os participantes atribuíam as invasões e crimes a "esquerdistas infiltrados", recusando a responsabilidade dos bolsonaristas.



Atuação e impacto das mulheres Bolsonaroistas

A atuação das mulheres bolsonaristas evidenciou a transformação de discursos autoritários em ação política concreta. A estrutura organizacional do grupo demonstrava um alto nível de coordenação, com líderes informais impulsionando narrativas.

A eficácia da radicalização dentro do ambiente digital foi um ponto-chave. O sentimento de pertencimento e a repetição contínua de desinformação geraram uma base de apoio coesa. Esse fator contribuiu para muitas mulheres abandonarem a passividade e participarem ativamente dos atos violentos.

Diante do caos, o presidente Lula decretou intervenção federal no DF, alegando conivência da Polícia Militar, o que foi corroborado por filmagens mostrando policiais interagindo com golpistas. Ibaneis Rocha, governador do DF, e Anderson Torres, Secretário de Segurança Pública, foram alvos de medidas judiciais, incluindo afastamento e determinação de prisão, em razão de omissão e conivência (Zanfer, 2023).

Mesmo após o fracasso do atentado e o arquivamento do grupo “Mulheres com Bolsonaro (OFICIAL)”, a mobilização digital continuou de forma adaptada, com mudanças estratégicas para evitar fiscalização e punições. Isso indica que as redes sociais ainda são um campo fértil para novas tentativas de mobilização extremista.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação do grupo “Mulheres com Bolsonaro (OFICIAL)” demonstrou de forma crucial a centralidade do ciberespaço nos processos contemporâneos de mobilização política e na construção de narrativas extremistas. As mulheres bolsonaristas utilizaram as redes sociais não apenas para manifestar apoio a Jair Bolsonaro, mas para articular e coordenar ações que culminaram nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

As estratégias empregadas: disseminação de desinformação, convocação de manifestações violentas e o uso de retórica radical, alimentaram um clima de urgência e desespero entre os apoiadores. A arquitetura das plataformas digitais, como o *Facebook*, mostrou-se particularmente propícia para facilitar a organização descentralizada desses grupos, amplificar bolhas ideológicas e converter discursos em ação.

Dada a evidência de que grupos extremistas usam o ciberespaço para mobilizar ações físicas, o 8 de janeiro deixa explícito que é mais do que necessário regulamentar e monitorar redes sociais. É fundamental implementar uma regulamentação inteligente de plataformas digitais, com foco em efetivar mecanismos de identificação de discursos extremistas e responsabilização algorítmica por conteúdo radicalizante. Além disso, o monitoramento efetivo de grupos fechados que cultivam narrativas antidemocráticas e planejam ações violentas é crucial.

O ciberespaço, ao invés de ser somente um palco de debate, transformou-se em uma plataforma logística para o golpismo, onde a repetição de desinformação funcionou como uma máquina de moldar a realidade, impulsionando a militância feminina a abandonar a passividade e se engajar em atos de violência política. O desafio atual é garantir que o território digital não se mantenha como uma zona de exclusão democrática, onde o enfraquecimento estatal (Alves, 2000) e o medo conspiratório se materializam em ataques à ordem constitucional.



REFERÊNCIAS

ALVES, José Augusto Lindgren. Direitos humanos, cidadania e globalização. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 50, p. 185–206, 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452000000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/hZxY7zdrpJnTFMtKhJcYWby/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos na pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005. 247 p.

FÉLIX, Mariana Caroline Pereira. **Ciberdemocracia no Brasil**: a esfera pública digital como espaço de deliberação social e instrumento de cidadania. 2021. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60759>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FERREIRA, Afonso; GALVÃO, Walder. Policiais do DF são filmados conversando com invasores do Congresso Nacional. **G1**. On-Line, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/policiais-do-df-sao-filmados-conversando-com-invasores-do-congresso-nacional.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1971.

G1. Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram planalto, congresso e STF. **G1**. On-Line, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2023.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: Digitalização e a Crise da Democracia. Lisboa: Relógio d'Água, 2021.

NEVES, Rafael. DF divulga lista completa com nomes dos 1.398 presos em ato golpista. **UOL**. São Paulo, 13 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/13/lista-definitiva-presos-atos-golpistas-brasilia.htm>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PRAZERES, Leandro. Ataques em Brasília: o recrutamento de militantes que antecedeu as invasões. **BBC News Brasil**. On-Line, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64230619>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 117 p.

ZANFER, Gustavo. Veja quais são as consequências imediatas após as invasões dos Três Poderes em Brasília. **CNN Brasil**. On-Line, 09 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-quais-sao-as-consequencias-imediatas-apos-as-invasoes-dos-tres-poderes-em-brasilia/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.